



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GMAC ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIO LTDA.

EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	15
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS ..	16

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
4. DISPONIBILIDADES.....	23
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	24
6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	25
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	25
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS.....	27
9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	28
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	28
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	30
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31
15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31
17. PARTES RELACIONADAS	32
18. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	32
19. OUTROS ASSUNTOS	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 , da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as Demonstrações Consolidadas dos grupos de consórcios em 31 de Dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de março de 2026.

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15º, da Resolução BCB nº 130/2021, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da GM Financial Brasil, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a Diretoria da instituição ocorreram em 13 de novembro de 2025 e em 20 de março de 2026, tendo o conteúdo de tais encontro sido devidamente formalizado em atas.

Na reunião de 20 de março de 2026, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2025 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente a atividades desenvolvidas pela Ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2025), conforme determinações da Resolução CMN nº 4.860/2020 e da Resolução BCB nº 28/2020;

Em termos de efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do exercício de 2025, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna, que cumpriu o plano estabelecido para o semestre. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pelas implementações e datas de conclusão esperadas.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do exercício de 2025, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das atuações das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – *apresentação valores comparativos*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in grey ink, appearing to read 'HFM', positioned above the name of the signatory.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC-1SP 291892/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dez/2025
CIRCULANTE		680.536
Disponibilidades	4	84
Depósitos Bancários		84
Instrumentos Financeiros	5	333.125
Títulos e Valores Mobiliários		333.125
Outros Ativos	6	347.327
Ativo Fiscal Corrente		39.997
Despesas Antecipadas		306.964
Diversos		366
NÃO CIRCULANTE		520.214
Instrumentos Financeiros	5	279.542
Títulos e Valores Mobiliários		279.542
Outros Ativos	6	211.052
Despesas Antecipadas		204.013
Diversos		7.039
Ativo Fiscal Diferido	6	29.620
TOTAL DO ATIVO		1.200.750

PASSIVO	Nota	Dez/2025
CIRCULANTE		165.797
Outras Obrigações		165.797
Obrigações Fiscais Correntes	9	59.537
Diversas	8	84.710
Rendas a apropriar Taxa de Administração	8	21.550
NÃO CIRCULANTE		170.774
Provisões	10	20.400
Outras Obrigações		149.275
Recursos Não Procurados	8	2.422
Rendas a apropriar Taxa de Administração	8	146.853
Obrigações Fiscais Diferidas	9	1.099
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		864.179
Capital	11	313.132
De Domiciliados no País		313.132
Reserva de Lucros		551.047
TOTAL DO PASSIVO		1.200.750

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	Nota	2ºSemestre 2025	Exercício 2025
RESULTADO DE CONTRATOS COM CLIENTES		97.037	181.134
Rendas de Prestação de Serviços	12	149.559	291.471
Despesas com comissões	13	(32.949)	(72.048)
Despesas Tributárias	16	(19.573)	(38.289)
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	33.492	62.821
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(37.919)	(82.099)
Outras Despesas Administrativas	13	(42.615)	(82.939)
Outras Receitas Operacionais	14	10.041	13.759
Despesas com Provisões	15	(2.625)	(9.720)
Outras Despesas Operacionais	15	(2.720)	(3.199)
RESULTADO OPERACIONAL		92.610	161.856
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		92.610	161.856
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(29.998)	(53.574)
Provisão para Tributos Correntes	7b	(30.715)	(56.650)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(48)	(107)
Ativo Fiscal Diferido	7e	765	3.183
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		62.612	108.282
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA		0,20	0,35
Total de cotas 313.132.650 (313.132.650 em 2025)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Dez/2025</u>
Resultado Líquido do Período	<u>62.612</u>	<u>108.282</u>
RESULTADO ABRANGENTE	<u>62.612</u>	<u>108.282</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 30 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	313.132	7.399	435.366	-	755.897
Resultado Líquido do Período	-	-	-	108.282	108.282
Destinação do Lucro:					-
Reserva Legal	-	5.414	-	(5.414)	-
Reservas de Lucro	-	-	102.868	(102.868)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	313.132	12.813	538.234	-	864.179
Mutações do Exercício	-	5.414	102.868	-	108.282
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	313.132	9.683	478.752	-	801.567
Resultado Líquido do Período	-	-	-	62.612	62.612
Destinação do Lucro:					-
Reserva Legal	-	3.130	-	(3.130)	-
Reservas de Lucro	-	-	59.482	(59.482)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	313.132	12.813	538.234	-	864.179
Mutações do Período	-	3.130	59.482	-	62.612

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre 2025</u>	<u>Exercício 2025</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		94.467	180.366
Resultado Líquido Do Período		62.612	108.282
Provisão para Tributos Correntes	7b	30.715	56.650
Tributos Diferidos	7e	(717)	(3.076)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(33.492)	(62.821)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	2.625	9.720
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(225)	(437)
Despesa com Comissão Diferida	13	32.949	72.048
Variação de Ativos e Obrigações		(48.942)	(44.717)
Juros de Títulos e Valores Mobiliários Recebidos		45.053	47.932
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(5.712)	61.297
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(126.903)	(244.191)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		54.631	143.830
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(16.011)	(53.585)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		45.525	135.649
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(45.492)	(135.580)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(45.492)	(135.580)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		33	69
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		51	15
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		84	84
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		33	69

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dec/2025	PASSIVO	Nota	Dec/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		471	Outras Obrigações		1.944.555
Depósitos Bancários		471	Obrigações com Consorciados		719.975
			Valores a Repassar		41.145
			Obrigações por Contemplações a		
Aplicações Financeiras		734.982	Entregar		538.001
Títulos e Valores Mobiliários	5	734.982	Obrigações com a Administradora		63
			Recursos a Devolver a Consorciados		415.233
Outros Ativos		1.209.102	Recursos dos Grupos		230.138
Direitos com Consorciados Contemplados		1.209.102			
Normais		1.183.242	Compensação		11.310.910
Em Atraso		25.860	Recursos Mensais a Receber de		
			Consortiados		91.357
Em Cobrança Judicial		-	Obrigações do Grupo por Contribuição		5.964.895
Compensação		11.310.910	Bens a Contemplar - Valor		5.254.658
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos					
Consortiados		91.357			
Contribuições Devidas ao Grupo		5.964.895			
Valor dos Bens a Contemplar		5.254.658			
TOTAL DO ATIVO		13.255.465	TOTAL DO PASSIVO		13.255.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2025	Exercício 2025
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO		682.024	625.648
Depósitos Bancários		-	888
Aplicações Financeiras		682.024	624.760
(+) Recursos Coletados		1.065.079	2.022.797
Contribuições para Aquisição de Bens		751.395	1.424.117
Taxa de Administração		183.645	355.085
Contribuições ao Fundo de Reserva		46.389	89.027
Rendimento de Aplicações Financeiras		40.507	73.532
Multas e Juros Moratórios		4.948	9.194
Prêmio de Seguro		22.919	43.961
Reembolso de Despesas de Registro		791	1.458
Outros		14.485	26.423
(-) Recursos Utilizados		1.012.121	1.913.463
Aquisição de Bens		682.771	1.286.462
Taxa de Administração		189.554	368.622
Multas e Juros Moratórios		2.445	4.569
Prêmio de Seguro		23.577	45.490
Devolução a Consorciados Desligados		45.608	71.200
Despesas Registro de Contrato		793	1.461
Outros		67.373	135.659
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO		734.982	734.982
Aplicações Financeiras	5	734.982	734.982

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), situada na Avenida das Nações Unidas nº 12.495 São Paulo – SP, tem como atividade a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e com sede situada em Detroit – Michigan, Estados Unidos.

A Administradora de grupos de consórcios intermedia a relação entre consorciados e bens ou serviços. Suas funções incluem formar e gerir grupos, administrar recursos financeiros, organizar assembleias, liberar créditos, oferecer suporte e encerrar grupos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 20 de Março de 2026.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

A Administradora observa os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – homologado pela Resolução BCB nº 120/21
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R2) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- v. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- vi. Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- vii. Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução BCB nº 09/20 e Resolução BCB nº 367/24;
- viii. Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução BCB nº 59/20;
- ix. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- x. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado parcialmente pela Resolução BCB nº 120/21;
- xi. Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros – homologado pela Resolução BCB nº 352/23.

A partir de janeiro de 2025, com a vigência da Resolução BCB nº 352/23, a Administradora passou a observar os conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, classificando seus ativos financeiros na categoria custo amortizado e os recursos de valores não procurados aplicados em fundo de investimento, na categoria de valor justo no resultado. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta resolução, considera-se a dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1 Administradora

a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração de grupos iniciados até 31 de dezembro de 2023 é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês de competência, com exceção dos adiantamentos que são reconhecidos dentro do mês de recebimento. Para grupos iniciados após 1º de janeiro de 2024, a receita por taxa de administração passou a ser reconhecida linearmente com base na expectativa de recebimento futuro de taxa de administração e no prazo total do grupo.

A partir de 1º de janeiro de 2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio passaram a ser apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas.

As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução BCB nº 02/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$).

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e, subsequentemente, mensurados de acordo com a categoria de classificação definida pela Administração, conforme o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais, em observância à Resolução BCB nº 4.966/21.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09/20 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano (R\$120 ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução BCB nº 02/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas

j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa a natureza e origem ao resultado não recorrente.

Os eventos de resultados não recorrentes serão segmentados nas notas explicativas de resultado, juntamente à explicação do evento que os originou e seus efeitos financeiros identificados.

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 1º de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer a receita quando houver a transferência de bens e serviços contratados.

As despesas de comissão são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato, sendo amortizadas ao longo do prazo contratual, à medida que os serviços são prestados ao cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

II) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

3.2 Grupos de Consórcio

a) Aplicações Financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2025:

	Dez/25
Quantidade de grupos ativos	249
Cotas ativas contempladas	56.601
Cotas ativas não contempladas	57.999
Total de cotas ativas	114.600
Cotas ativas em dia	114.600
Cotas ativas inadimplentes	13.487
Cotas ativas contempladas inadimplentes	4.159
Cotas ativas não contempladas inadimplentes	9.328
Total de cotas ativas	128.087
% de inadimplentes	10,53%
Cotas ativas quitadas	16.160
Quantidade de bens pendentes de entrega	6.362
Quantidade de cotas inativas excluídas	298.075
Quantidade de bens entregues	7.934

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades incluídas na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Dez/2025
Disponibilidades em Moeda Nacional	84
Total	84

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora	Grupos
	Dez/2025	Dez/2025
Certificados de Depósitos Bancários		
Banco GM S.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	610.245	-
Certificados de Depósitos Bancários		
Fundo de Investimento em DI (ii)	2.422	734.982
Total	612.667	734.982

(i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como ativos financeiros avaliados ao custo amortizado e, com vencimentos até dezembro de 2027, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 9.62% (aplicação pactuada em fevereiro de 2024) e 15.95% (aplicação pactuada em dezembro de 2024). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários do exercício foi de R\$ 62.821.

(ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificados como ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, pela Administradora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2025.

	2025			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora				
Certificados de Depósitos Bancários	-	333.125	277.120	610.245
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	2.422	-	-	2.422
Total	2.422	333.125	277.120	612.667
Grupos				
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	734.982	-	-	734.982
Total	734.982	-	-	734.982

6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

A rubrica de Outros Ativos e Ativo Fiscal Diferido possui a seguinte composição:

	2025
Comissões Diferidas (i)	510.977
Impostos a Recuperar (ii)	39.997
Créditos Tributários - IR e CS (nota 7c)	29.620
Depósitos Judiciais	7.039
Outros Créditos	366
Total	587.999
Ativo Circulante	347.327
Ativo Não Circulante	240.672
Total	587.999

- (i) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Prefixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do período corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do exercício:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação	161.856	161.856
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%
Despesa Conforme Alíquotas	(40.464)	(14.567)
Total de IR e CS sobre despesas permanentes	(40.464)	(14.567)
Outras Adições/Exclusões Permanentes	(632)	(227)
Incentivos a projetos culturais	2.292	-
Adicional de Imposto de Renda	24	-
Despesas de IR e CS no período	(38.780)	(14.794)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.574)	

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos	(41.041)	(15.609)
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.617	582
Provisão Para Riscos Fiscais	(769)	(277)
Provisões Para Comissões	1.489	536
Correção de Depósitos Judiciais	(76)	(26)
Total	(38.780)	(14.794)
Total de IR e CS	(53.574)	

- c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo e Base Fiscal Negativa	-	-
Adições Temporárias:		
Provisão Para Riscos Fiscais	1.001	361
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	4.040	1.453
Provisão Para Comissões	16.739	6.026
Total	21.780	7.840
Total de IR e CS	29.620	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025:

Ano	Adições Temporárias		Valor Contábil	Valor Presente
	IR	CS	Total	Total
2026	16.949	6.102	23.050	20.181
2027	904	326	1.230	949
2028	680	245	925	636
2029	1.441	519	1.960	1.195
2030	1.804	650	2.454	1.318
Total	21.779	7.841	29.620	24.279

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 24.279 em 31 de dezembro de 2025.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

- e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

	2024	Constituição/ (Realização)	2025
Provisão Para Riscos Fiscais	2.409	(1.047)	1.362
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	3.293	2.200	5.493
Provisão Para Comissões	20.741	2.024	22.765
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	26.443	3.177	29.620
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	26.443	3.177	29.620
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(998)	(101)	(1.099)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(998)	(101)	(1.099)
Saldo Líquido	25.445	3.076	28.521

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Composição de outras obrigações diversas:

	2025
Rendas a Apropriar de Taxa de Administração (i)	168.403
Provisão para Comissões	72.490
Outras Obrigações	7.165
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	5.055
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consorticiados (ii)	2.422
Total	255.535
Passivo Circulante	106.260
Passivo Não Circulante	149.275
Total	255.535

- (i) Referem-se aos valores de taxa de administração dos grupos de consórcio inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024, cujo reconhecimento da receita passou a ser realizado de forma linear pelo prazo do grupo, seguindo o escopo do CPC 47, conforme previsto na Resolução BCB nº 120/21. Em 31 de dezembro de 2025 era composto por R\$ 343.286 de taxa de administração a receber e R\$ 511.671 em receitas futuras a realizar.
- (ii) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados anteriores a Lei nº 11.795/08, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Os valores posteriores a Lei são controlados em conta de compensação e são atualizados. Os valores posteriores a Lei totalizaram R\$ 76.766 em 31 de dezembro de 2025.

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de obrigações fiscais correntes e diferidas em 31 de dezembro de 2025:

	2025
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	56.650
Impostos Indiretos a Pagar	2.887
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7e)	1.099
Total	60.636
Passivo Circulante	59.537
Passivo Não Circulante	1.099
Total	60.636

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 31 de dezembro de 2025:

	2025
Provisões Para Riscos Fiscais	4.254
Provisões Para Riscos Cíveis	15.876
Provisões Para Riscos Trabalhistas	270
Total	20.400

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.635	372	9.308	17.315
Constituições/(Reversões) Líquidas do Período	317	222	9.181	9.720
Indenizações Pagas	(3.698)	(324)	(2.613)	(6.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.254	270	15.876	20.400

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2025	
	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	104	5.698
Fiscais	12	2.345
Trabalhista	4	2.582
Total	120	10.625

Riscos fiscais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC nº 7/70 (PIS-repique), ou subsidiariamente da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento); e
- A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração. Esse caso foi encerrado definitivamente a favor do fisco e por isso ocasionou uma saída nos valores provisionados no período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é constituído por 313.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 313.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 cotas no exterior, expresso no montante de R\$313.132 em 31 de dezembro de 2025.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 108.282 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária, conforme contrato social.

c) Reservas de Lucros

Em atendimento à Resolução BCB nº 234/22, em 31 de dezembro de 2025 a Administradora constituiu Reserva Legal a 5% do lucro do exercício no montante de R\$ 5.414, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 551.047.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

Recorrente	2º Semestre	2025
Taxa de Administração de Grupos Ativos (i)	128.485	254.195
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	20.031	35.412
Serviços Acessórios	1.043	1.864
Total	149.559	291.471

- (i) Em atendimento à Resolução BCB nº 120/21, onde foi adotada a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, o reconhecimento da taxa de administração dos grupos inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024 passou a ser apropriado de acordo com o prazo dos grupos, totalizando R\$ 63.370 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 37.475 no 2º semestre de 2025).

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	2025
Recorrente		
Comissões Pagas às Concessionárias (i)	(32.949)	(72.048)
Despesa de rateio com partes relacionadas (ii) (nota 17d)	(28.453)	(54.697)
Sistemas de Processamento de Dados	(5.562)	(10.578)
Despesas de Marketing	(4.325)	(8.049)
Outras Despesas Administrativas	(4.275)	(9.615)
Total	(75.564)	(154.987)

- (i) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120/21.
- (ii) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2025
Recorrente	10.042	13.759
Receita de Multa e Juros	7.381	7.937
Recuperação de Despesas	2.436	5.385
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	225	437
Total	10.042	13.759

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	2025
Recorrente	(5.345)	(12.919)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(2.493)	(9.403)
Incentivos culturais	(2.292)	(2.292)
Outras Despesas Operacionais	(428)	(907)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(132)	(317)
Total	(5.345)	(12.919)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	2025
COFINS	(9.897)	(19.410)
ISS	(7.607)	(14.813)
PIS	(2.069)	(4.066)
Total	(19.573)	(38.289)

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de dezembro são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

b) Benefícios de curto prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	2025
Remuneração Fixa	749
Remuneração Variável	376
Total	1.125

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para saldos patrimoniais são resumidos como segue:

	2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Empresas Controladoras		
Banco GM S.A.:		
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	610.245	62.821
Outras Obrigações Diversas (nota 8 e 13)	(5.055)	(54.697)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;
 - (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*). Descasamento de Taxas. LCR. Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

19. OUTROS ASSUNTOS

Em 16 de janeiro de 2025, foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), reorganizando o modelo de tributação incidente sobre operações com bens e serviços no território nacional.

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, incluindo Administradora de Consórcios, foram enquadradas no Regime Específico de Serviços Financeiros, regime que estabelece parâmetros próprios de apuração e de incidência dos novos tributos sobre atividades de intermediação financeira e demais serviços regulados. A legislação prevê o direito ao aproveitamento de créditos de IBS e CBS decorrentes de aquisições de bens e serviços.

A Administração encontra-se em fase avançada de mapeamento dos impactos sistêmicos, processuais e regulatórios, inclusive no que se refere às novas obrigações acessórias, com vistas a assegurar a tempestiva e integral conformidade com o período de transição previsto pela legislação, cujo início está estabelecido para 2026, bem como com a plena vigência do novo modelo tributário nos exercícios subsequentes.
